

HABEAS CORPUS Nº 540.705 - PR (2019/0314116-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : CARLOS EDUARDO BAZANI CABRAL DE MELO E OUTRO
ADVOGADOS : RÉGIS FELIPE CONSULO BELIZÁRIO - PR058003
CARLOS EDUARDO BAZANI CABRAL DE MELO - PR058752
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALMIR FERNANDES DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALMIR FERNANDES DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – Apelação Criminal n. 0001669-42.2014.8.16.0175.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso nas sanções dos arts. 312, *caput*, c/c o 14, inciso II, e 71, todos do Código Penal.

No julgamento da apelação, o Tribunal de origem deu provimento parcial ao recurso do réu a fim de redimensionar sua reprimenda para 4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão, mantendo-se, no mais, a sentença condenatória.

Nesta via, sustenta o impetrante a ilegalidade do acórdão impugnado quanto à determinação da imediata execução provisória da reprimenda privativa de liberdade pelo sentenciado antes do trânsito em julgado da condenação.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja determinada a suspensão da execução provisória da pena, garantindo-se ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença condenatória.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 298-299).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 303-310).

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 314-315 (e-STJ).

É o relatório.

Cumprе atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105 da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

In casu, quanto à determinação do início da execução provisória, colhe-se do acórdão recorrido o seguinte trecho (e-STJ fl. 268):

"Por derradeiro, é de se determinar, após esgotados os recursos ordinários nesta instância, se houver e desde que não protelatórios, o início da execução provisória das

penas impostas aos apelantes, segundo o novo entendimento do Excelso Pretório nas Ações Declaratórias Constitucionais 43 e 44, em 05 de outubro de 2016, confirmado no Recurso Extraordinário com Agravo nº 964246, em que, inclusive, se reconheceu a repercussão geral da matéria, em que o art. 283 do Código de Processo Penal não impede o início da execução da pena, após condenação em segunda instância.

Por derradeiro, é de se determinar, após esgotados os recursos ordinários nesta instância, se houver e desde que não protelatórios, o início da execução provisória das penas impostas aos apelantes, segundo o novo entendimento do Excelso Pretório nas Ações Declaratórias Constitucionais 43 e 44, em 05 de outubro de 2016, confirmado no Recurso Extraordinário com Agravo nº 964246, em que, inclusive, se reconheceu a repercussão geral da matéria, em que o art. 283 do Código de Processo Penal não impede o início da execução da pena, após condenação em segunda instância."

Na presente hipótese, verifica-se que o início do cumprimento da reprimenda imposta ao paciente foi determinado pelo Tribunal de origem com fulcro, exclusivamente, no julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal "*nas Ações Declaratórias Constitucionais 43 e 44, em 05 de outubro de 2016, confirmado no Recurso Extraordinário com Agravo nº 964246*".

Contudo, em 7.11.2019, este entendimento foi superado pelo próprio Excelso Pretório no julgamento definitivo das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, em que houve a declaração de constitucionalidade do artigo 283 do Código de Processo Penal e a fixação do entendimento de que a execução da pena privativa de liberdade só poderá ser iniciada após o trânsito em julgado da condenação.

Impõe-se, portanto, o ajuste do acórdão impugnado ao novo posicionamento firmado pela Corte Suprema.

Confira-se, por oportuno, o seguinte julgado:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. EXECUÇÃO DA PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO MAIS ATUAL DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.
(...)

De fato, em julgamento realizado no dia 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, por maioria, decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em

Superior Tribunal de Justiça

julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Em face do exposto, concedo liminarmente a ordem para assegurar ao paciente o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade, salvo prisão por outro motivo, podendo o Magistrado singular, desde que existam elementos concretos para tanto, decretar a prisão preventiva, fundamentadamente"

(HC 545.272/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, julgado em 11/11/2019, DJe 12/11/2019).

Na mesma esteira, colhem-se as decisões proferidas no REsp n. 1.843.197/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 546.090/SP, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, julgado em 18/11/2019, DJe 19/11/2019; HC n. 545.829/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019; e HC n. 545.648/MG, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*, **concedendo-se**, contudo, a ordem de ofício, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal, para garantir ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, salvo prisão por outro motivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator